COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.121, DE 2012

Concede incentivo fiscal às entidades desportivas da modalidade futebol que instituïrem programas de recuperaçãõ de jovens drogados ou desempregados, mediante capacitaçãõ tãcnica ou profissional, ou atendimento mãdico, psicolãgico e social.

Autor: Deputado IRAJÁ ABREU

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.121, de 2012, propõe a concessãõ de incentivo fiscal às entidades desportivas da modalidade futebol que instituïrem programas de recuperaçãõ de jovens drogados ou desempregados, mediante capacitaçãõ tãcnica ou profissional, ou atendimento mãdico, psicolãgico e social. Para cumprir tal objetivo propõe a reduçãõ de cinquenta por cento de seus dãbitos vencidos atã a data de publicaçãõ desta Lei, com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive os relativos às contribuições instituïdas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Estabelece, ainda, que os programas a serem estabelecidos devem se voltar ao atendimento de criançãs e jovens atã dezoito anos e a reduçãõ fiscal nãõ abrangerã as contribuições sociais instituïdas a tãtulo

de substituição e as contribuições devidas, por lei, a terceiros. Destaca que a desoneração fiscal também se aplica a débito não incluído no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e no Parcelamento Especial – PAES e depende de convênio a ser celebrado com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Além disso, propõe que a adesão aos programas previstos não dependerá de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens.

Em sua Justificação, o nobre Autor argumenta que a proposição visa a incentivar a recuperação de jovens drogados, jovens desempregados, ociosos, de forma a conseguirem ocupação, capacitação ou atendimento médico, psicológico e social, a cargo dos clubes de futebol que estejam com dívidas junto à União. Acrescenta aos argumentos descritos que a renúncia fiscal da União será compensada pelas crianças, adolescentes e jovens atendidos, alimentados, capacitados, que representarão menos custos judiciais e de saúde.

A matéria foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família; Turismo e Desporto; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As políticas públicas de atendimento aos jovens de nosso País foram priorizadas pelo governo federal a partir de 2005, com a Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude – Conjuve e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituídos pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, representam exemplos do esforço do governo em promover a inclusão social dos jovens.

Entendemos ser bem-vinda a inclusão de crianças e jovens atletas, conforme propõe o autor do Projeto de Lei em análise, uma vez que a descoberta de talentos deve vir acompanhada de recursos para a sua

formação e desenvolvimento. Tais iniciativas devem servir deve servir não só para formar o jovem para o mercado tradicional e retirá-lo da marginalidade, mas também para a consolidação de novos talentos para o esporte, particularmente o futebol.

O Poder Legislativo tem um compromisso com a juventude brasileira, que necessita de desenvolver as suas atividades e garantir estruturas de participação social, visando à perspectiva de superação das desigualdades e de ampliação da participação dos jovens na construção de um país justo e fraterno.

Sendo assim, as medidas propostas no Projeto de Lei em análise se fazem necessárias e oportunas, uma vez que o desenvolvimento de uma sociedade mais justa exige que as crianças e os jovens atletas encontrem condições dignas de acesso à educação, à formação profissional, à inserção no mercado de trabalho e à participação social.

Sob o ponto de vista do mérito a ser analisado por esta Comissão de Seguridade Social e Família, somos plenamente favoráveis à aprovação do Projeto de Lei em tela. Porém, não devemos olvidar que a proposição pretendida implica em considerável impacto financeiro e orçamentário. A adequação financeira da proposição, bem como seus reais efeitos financeiros na desoneração fiscal, deverão ser objeto de apreciação e análise da Comissão de Finanças e Tributação.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.121, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator